

11 - Q361332 (Prova: FCC - 2014 - TRT - 19ª Região (AL) - Analista Judiciário - Oficial de Justiça Avaliador / Direito Civil / Lei de Introdução as Normas do Direito Brasileiro (LINDB);)

João cumpre os requisitos para se aposentar. No entanto, algum tempo depois, é editada Lei que amplia em 5 anos o prazo para sua aposentação. João.

- a) poderá se aposentar, mas apenas se o requerer no prazo de 15 dias do início da vigência da nova lei.
- b) terá de aguardar 5 anos para se aposentar, pois a lei nova possui efeito imediato, impondo-se aos fatos passados, pendentes e futuros.
- c) poderá se aposentar, pois, apesar de possuir efeito imediato, a lei nova deve respeitar o direito que João já havia adquirido.
- d) terá que aguardar 5 anos para se aposentar, pois o direito somente é adquirido com o seu exercício efetivo.
- e) poderá se aposentar, pois, apesar de possuir efeito imediato, a lei nova deve respeitar a expectativa que João possuía sobre o direito, por questão de justiça

12 - Q359603 (Prova: FCC - 2013 - TRT - 1ª REGIÃO (RJ) - Juiz Substituto / Direito Civil / Lei de Introdução as Normas do Direito Brasileiro (LINDB); Legislação Especial;)

Após trabalhar e contribuir por 35 anos à Previdência Social, com 60 anos de idade, Fábio Henrique poderia aposentar-se, mas antes de requerer o benefício a lei é alterada e passa a exigir 65 anos de idade e 40 anos de contribuição previdenciária para aposentação, sem qualquer previsão quanto às situações já consolidadas no tempo. Nesse caso, a lei posterior ;

- a) poderá atingi-lo, pois como regra tem incidência imediata e Fábio Henrique não chegou a requerer sua aposentadoria.
- b) poderá atingi-lo, porque alterações normativas na idade impedem a aquisição de benefícios até então previstos, mesmo que preenchidos os requisitos à época dessas alterações.
- c) não poderá atingi-lo, pois Fábio Henrique adquiriu o direito à aposentadoria antes da alteração normativa, ao completar os requisitos previstos na ocasião.
- d) poderá atingi-lo, não pela idade, em relação à qual Fábio Henrique adquiriu o direito à aposentadoria, mas pelo novo tempo de contribuição, que deverá ser atingido necessariamente.
- e) não poderá atingi-lo, pela formação de ato jurídico perfeito em favor de Fábio Henrique.

13 - Q351043 (Prova: FCC - 2013 - TRT - 15ª Região - Analista Judiciário - Oficial de Justiça Avaliador / Direito Civil / Lei de Introdução as Normas do Direito Brasileiro (LINDB);)

Osmar obteve provimento judicial autorizando matrícula em curso de Ensino Superior independentemente do pagamento de quaisquer taxas, por sentença da qual não mais cabe recurso. No entanto, enquanto frequentava o curso, sobreveio Lei Municipal determinando que todos os estudantes do Ensino Superior deveriam pagar taxa destinada à alfabetização de adultos carentes. Osmar

- a) será atingido pela nova lei, que previu efeito retroativo de maneira tácita.
- b) será atingido pela nova lei, que possui efeito imediato e atinge todas as situações pendentes.
- c) será atingido pela nova lei, tendo em vista tratar-se de norma de ordem pública.
- d) não será atingido pela nova lei, mas seria se a norma tivesse previsto efeito retroativo de maneira expressa.
- e) não será atingido pela nova lei, em razão da proteção conferida à coisa julgada.

14 - Q355311 (Prova: FCC - 2013 - TRT - 15ª Região - Analista Judiciário - Área Judiciária / Direito Civil / Lei de Introdução as Normas do Direito Brasileiro (LINDB);)

Marcelo trabalhou por mais de 29 anos sob a égide de lei que previa direito a se aposentar aos 30 anos de trabalho. Durante estes mais de 29 anos, cumpriu os requisitos à aposentação. Contudo, antes de atingir os 30 anos de trabalho, sobreveio lei majorando para 32 anos o tempo necessário à aposentação. Referida lei não previu regras de transição para os trabalhadores que estivessem trabalhando sob o regime jurídico

anterior. Diante deste quadro, Marcelo ajuizou ação no âmbito da qual requereu a aposentação aos 30 anos trabalhados. Esta ação deverá ser julgada

- a) procedente, porque, passados 29 dos 30 anos necessários à aposentação, Marcelo passou a ter direito adquirido ao regime jurídico anterior.
- b) improcedente, porque, quando do advento da nova lei, Marcelo possuía mera expectativa de direito.
- c) procedente, porque, apesar do advento da lei nova, Marcelo possuía direito adquirido ao tempo que, de acordo com a lei revogada, faltava para sua aposentação.
- d) improcedente, porque não existe proteção ao direito adquirido em matéria de ordem pública.
- e) procedente, porque a lei nova não previu regras transitórias explícitas.

15 - Q350504 (Prova: FCC - 2013 - TRT - 5ª Região (BA) - Analista Judiciário - Área Judiciária / Direito Civil / Lei de Introdução as Normas do Direito Brasileiro (LINDB);)

Luís Caetano, Juiz de Direito de Vitória da Conquista, deixa de julgar um processo que lhe foi atribuído, alegando que as provas dos autos são boas para ambos os lados e que, ademais, não há lei prevendo a hipótese em julgamento. De acordo com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, Luís Caetano agiu

- a) bem, pois embora a ausência de lei não impedisse o julgamento, por haver outros meios para supri-la, as provas boas para ambos os lados impedem a formação da convicção judicial.
- b) mal, pois ninguém se escusa de cumprir a lei, alegando que não a conhece, como era o caso.
- c) mal, pois na aplicação da lei o juiz atenderá às regras de sua interpretação e ao bom-senso jurídico.
- d) bem, pois a ausência de lei impede o julgamento, por falta de parâmetros para tanto.
- e) mal, pois sendo a lei omissa, deveria ter decidido o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito, valorando as provas de acordo com os ditames legais, já que o provimento jurisdicional é imperativo.

16 - Q352706 (Prova: FCC - 2013 - AL-RN - Analista Legislativo / Direito Civil / Lei de Introdução as Normas do Direito Brasileiro (LINDB);)

Considere a seguinte situação hipotética: A Lei W entrará em vigor no dia 09 de Setembro de 2013, ou seja, 45 dias após a sua publicação. Ocorre que, no dia 26 de Agosto de 2013 houve nova publicação do texto legal da Lei W destinada à correção. Neste caso, de acordo com a Lei de Introdução às normas do Direito brasileiro, o prazo de quarenta e cinco dias

- a) começará a correr da nova publicação.
- b) não se interromperá ou suspenderá com a nova publicação fluindo normalmente.
- c) será acrescido de mais dez dias a contar do dia 26 de Agosto de 2013.
- d) será contado em dobro, iniciando-se a partir do dia 26 de Agosto de 2013.
- e) será acrescido de mais quinze dias a contar do dia 26 de Agosto de 2013.

17 - Q352707 (Prova: FCC - 2013 - AL-RN - Analista Legislativo / Direito Civil / Lei de Introdução as Normas do Direito Brasileiro (LINDB);)

Considere a seguinte situação hipotética: A Lei A teve início de vigência no dia 27 de Novembro de 2012. Posteriormente foi publicada a Lei B e a Lei C. Considerando que a Lei B estabeleceu disposições gerais sobre a Lei A a par das já existentes e a Lei C estabeleceu disposições especiais sobre a Lei A a par das já existentes, é certo que a Lei B

- a) e a Lei C revogaram a Lei A.
- b) e a Lei C não revogaram e nem modificaram a Lei A.
- c) e a Lei C modificaram a Lei A.
- d) revogou a Lei A e a Lei C modificou a Lei A.
- e) modificou a Lei A e a Lei C revogou a Lei A.

18 - Q328924 (Prova: FCC - 2013 - TRT - 6ª Região (PE) - Juiz do Trabalho / Direito Civil / Lei de Introdução as Normas do Direito Brasileiro (LINDB);)

A Lei nº 2 dispôs sobre toda a matéria de que tratava a Lei nº 1; a Lei nº 4 trouxe disposição incompatível com a Lei nº 3, a Lei nº 6 expressamente revogou algumas disposições da Lei nº 5 e a Lei Geral no 8

trouxe, sobre a mesma matéria, disposições a par da Lei Especial nº 7. Pode-se, então, afirmar que:

- a) a Lei nº 3 e a Lei nº 7 sofreram revogação tácita.
- b) a Lei nº 5 foi derogada e a Lei nº 7 não sofreu revogação parcial, nem total.
- c) a Lei nº 5 foi abrogada e a Lei nº 7 sofreu derogação.
- d) a Lei nº 7 foi revogada tacitamente e a Lei nº 5 foi expressamente abrogada.

19 - Q348133 (Prova: FCC - 2013 - MPE-SE - Analista - Direito / Direito Civil / Lei de Introdução as Normas do Direito Brasileiro (LINDB);)

Considere as afirmativas:

- I. Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país 45 dias depois de oficialmente publicada.
- II. Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.
- III. Salvo disposição em contrário, a lei revogada restaura-se ao ter a lei revogadora perdido vigência.

Está correto o que se afirma em

- a) I e II, apenas.
- b) I e III, apenas.
- c) I, II e III.
- d) I, apenas.
- e) II, apenas.

20 - Q358889 (Prova: FCC - 2013 - TRT - 18ª Região (GO) - Analista Judiciário - Oficial de Justiça Avaliador / Direito Civil / Lei de Introdução as Normas do Direito Brasileiro (LINDB);)

A lei nova tem efeito imediato;

- a) mas, em regra, não revoga a lei anterior.
- b) e atinge as situações em curso, mesmo que configurem direito adquirido
- c) e se projeta inclusive sobre o ato jurídico perfeito, a menos que este tenha sido objeto de sentença transitada em julgado.
- d) mas não é obrigatória para a pessoa que desconhecer o seu conteúdo.
- e) mas deve respeitar o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.

GABARITOS:

11 - C 12 - C 13 - E 14 - B 15 - E 16 - A 17 - B 18 - B 19 - A 20 - E



É praticando que você aprende! - www.questoesdeconcursos.com.br

[« Previous](#) [1](#) [2](#) [3](#) [4](#) [5](#) [6](#) [7](#) [8](#) [Próximo](#)